

## O Conceito de Modernidade e as Estratégias Empresariais

Stefan Bogdan Salej \*

No Brasil as discussões sobre modernidade econômica empresarial ultrapassam, no geral, os limites de compreensão do assunto pela sociedade brasileira. O cidadão comum ouve os candidatos à presidência da república discutirem o tema, lê ou ouve na TV a discussão sobre modernidade e não sabe exatamente o que significa isso. Frequentemente, os líderes empresariais são designados como modernos ou não modernos, mas quase sempre esses conceitos não passam de estereótipos pouco claros.

Inegavelmente, não se sabe com exatidão, no universo empresarial brasileiro, o que é moderno ou o que pretende ser moderno. Os programas das entidades empresariais não são claros nos seus objetivos e na sua execução, porque, na maioria das vezes, são eleitas pessoas e não programas.

Usa-se e abusa-se do discurso sobre o moderno e a modernidade, sem que sejam conceituados seus fundamentos respectivos. Não há, hoje, discurso político que deixe de se referir à modernidade. Independentemente da falta de conceituação básica - ou seja, o que deve ser a modernidade, ou o que seria um Brasil moderno - o fato é que a discussão é ampla e atinge de formas distintas toda a sociedade brasileira. Quando se discute nas empresas os conceitos de qualidade total, de competitividade e outros, como a gerência participativa, fica claro que o tema ultrapassa os limites das empresas. Foi esta discussão que levou os demais segmentos da sociedade a discutir o assunto com maior ou menor profundidade.

Não faltam profetas que asseguram que, durante o governo Collor, a modernidade atingiu o país de uma forma irreversível. Acreditam também que uma série de conceitos modernos estão

---

\* Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores.

implantados de forma definitiva na estrutura política econômica-empresarial do país. Esta crença chega a afirmar que o país está irremediavelmente a caminho da modernidade, ou seja, para alguns, estaríamos construindo o Brasil moderno. Nesta discussão, criaram-se alguns conceitos considerados padrões para que o Brasil, resolvendo certas situações, torne-se um país moderno.

Os conceitos mais populares nesse debate são:

- a) abertura do mercado e conseqüente globalização da economia brasileira;
- b) abertura dos portos;
- c) desestatização;
- d) lei das patentes.

Analisando-se mais detalhadamente esses conceitos e sua execução, verifica-se que eles não provêm de processo de modernidade interna efetiva, mas são processos cuja origem é externa. Eles fazem parte do processo de reorganização de economia mundial, cuja tendência clara, do ponto de vista empresarial, é a organização de blocos econômicos compostos por países altamente competitivos cujas populações apresentam um padrão de vida que, por si só, já indica um mercado desenvolvido.

A economia mundial mudou rapidamente. O mercado brasileiro é um mercado importante para o capital e a tecnologia. Trata-se de um dos mercados mais cobiçados do mundo, cujo potencial de desenvolvimento interessa a todos que procuram expandir negócios internacionais. Estão aí os exemplos da telefonia celular e da informática, que comprovam esta tese. Para automóveis importados, o inexistente Brasil tornou-se um mercado promissor. Portanto, a abertura interessava ao consumidor brasileiro, mas foi provocada pelos fornecedores internacionais que, com dificuldades para investir no país, que de repente não podia mais proteger a indústria local, acharam um mercado mais do que ávido de novos produtos e serviços. Não se deve esquecer que o mercado brasileiro foi um dos mais fechados do mundo, e que a única porta de entrada para produtos estrangeiros era a Zona Franca de Manaus.

E através dela entram, ainda hoje, produtos maquiados, que enganam o consumidor brasileiro quanto à qualidade e criam feudos empresariais dissociados do projeto de

desenvolvimento real do país. A Zona Franca de Manaus foi uma das grandes ilusões de modernização do modelo de desenvolvimento do Brasil. Fica neste contexto de necessidade de abertura, também, a questão da força de credores estrangeiros, que várias vezes colocaram a abertura da economia como condição de negociação da dívida externa.

Nesta discussão sobre a modernidade não pode ser esquecido o calcanhar de Aquiles da economia brasileira. O elemento mais importante de nosso atraso chama-se informática. O tema é relevante porque, do ponto de vista político, mostra uma aliança esdrúxula entre os cientistas ideologicamente alinhados com o conceito tradicional de esquerda sobre o desenvolvimento brasileiro e os militares nacionalistas que estavam no poder. Cientistas recebiam volumosas verbas para desenvolver projetos incompatíveis com o estágio do desenvolvimento mundial de micro-eletrônica. É quase inacreditável que brilhantes mentes científicas não sabiam que não alcançaríamos, por aquele caminho, a competitividade no mercado mundial. A pergunta que hoje caberia fazer é: onde está o famoso Centro de Tecnologia de Informática em Campinas e outros que absorveram tantos recursos do país?

Outra aliança espúria foi feita com o setor industrial "maquiador" de produtos. Este usava como base política a legislação protecionista da esquerda, neste aspecto, aliada à direita militar, fazendo lucros e enganando com equipamentos de baixa qualidade o consumidor brasileiro. Nesse caso, o problema é mais grave e, mesmo hoje, não foi totalmente resolvido, já que a maquiagem mudou de endereço e as alianças foram substituídas, mas o consumidor brasileiro continuou recebendo equipamentos de baixa qualidade e de alto custo.

A inserção do Brasil na economia mundial não pode se dar de forma mais eficiente porque sua economia está fora do contexto da indústria moderna, justamente naquilo que faz a modernidade na empresa: a informática e a automatização. Isto só não vale para um setor que se modernizou nesta área, inclusive para sobreviver numa economia de alta inflação: o setor bancário. Este último conseguiu ultrapassar a barreira e, inclusive, passou a influir fortemente na indústria informática e em seu conteúdo tecnológico, com o qual, então, o Brasil atingiu nível mundial.

Na área de modernização dos portos, onde o processo ainda está em curso, a questão se coloca mais em função do debate corporativista estatizante, que, com seu modelo, beneficia exclusivamente a minoria. A essa área foi dada, do ponto de vista macropolítico, importância maior do que merecia. As discussões aconteceram no âmbito de feudos eleitorais de alguns políticos e sindicalistas. Para estes, modernidade só valerá se trazer resultados desejáveis de ordem pessoal. Aliás, este caso foi um dos exemplos mais claros de discurso em que a aparente modernidade tinha absoluto tom conservador. A inversão de valores era de tal ordem que mostrou, mais uma vez, que no Brasil há uma parcela considerável de políticos e empresários que prega um modernismo estruturado no retrocesso conservador, muito distante das tendências mundiais de desenvolvimento.

No caso da desestatização, devemos salientar que a decadência gerencial do Estado obrigou, junto com a falta de recursos, atitudes mais enérgicas. Os monopólios não criaram condições de desenvolvimento das empresas em bases competitivas, mas geraram corrupção e disputas políticas, ambas difíceis de serem controladas. Mais ainda: os programas de desestatização até aqui atingiram basicamente os setores petroquímico e siderúrgico e estão longe de atingirem, de forma eficiente, os demais setores da economia estatal, inclusive a nível de Estados e Municípios, onde o processo praticamente inexistente.

Os conceitos de modernidade de autores como Drucker e Schumacher passam, na área empresarial, pela eficiente gestão de recursos e capitais. Historicamente, na maioria das vezes, o Estado é um acionista modernizador. Algumas experiências mundiais, como a da França, demonstram que o Estado pode ser um gestor eficiente. Mas neste caso, a gestão deve ser inovadora, não corporativista, e deve ser dirigida para o consumidor, para o mercado. As empresas privadas, no Brasil, são mais inovadoras por uma questão de sobrevivência. As empresas públicas, no Brasil, podem ser inovadoras, mas, se não forem, nada acontece, nem pelo lado da gestão, nem pelo da legislação em vigor. Os critérios adotados não distinguem a realidade da economia de mercado.

Neste contexto, cabe a pergunta: como pode ser eficiente a economia privada, se o

serviço público nada faz para ser eficiente? O que é pior é que o nível de eficiência do serviço público acaba se tornando um elemento adicional de custos para o setor privado. Em outros termos, não haverá modernidade na área empresarial se o serviço público, em todos os níveis, não for mais eficiente.

Organizações públicas eficientes, como o sistema de educação do servidor - do qual o Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores e a Escola Fazendária, órgão do Ministério da Fazenda, são exemplos eloqüentes - são exceções que confirmam a regra. O País não realizou sua escola de serviço público federal, o que certamente atrasou e continua atrasando o processo de modernização da área pública.

Quando se chega à área de patentes e de propriedade intelectual, esbarramos no problema maior: como obter o desenvolvimento econômico sem desenvolver pesquisa científica? A produção científica e tecnológica é escassa no Brasil e, quando é boa, não é aliada à competente ação mercadológica, que permite obter resultados econômicos interessantes para as partes envolvidas. A legislação de proteção à propriedade intelectual precisa levar em consideração o fato de que a obtenção de resultados é importante para a comunidade como um todo. Os planos de desenvolvimento científico, até o presente, criaram no País, com raríssimas exceções, elites que pouco produziram para a comunidade e se auto-protegeram de tal forma (vide o caso de informática) que levaram à falência o sistema de ensino. Há, sem dúvida nenhuma, o esforço de uma minoria acadêmica em achar novos caminhos. Há, inclusive, centros de excelência que permitem um certo grau de otimismo. A estes centros acadêmicos deveria ser garantida a sobrevida em contrapartida de resultados e não mediante legislações protecionistas. Mas fica ainda o problema do desenvolvimento estratégico do país no confronto com as necessidades dos consumidores no curto prazo. É conhecida a frase de Lord Keynes, segundo a qual "a longo prazo estaremos todos mortos", mas o que deveríamos deixar para a próxima geração? Essa é a pergunta que a geração atual deve responder.

Todo o processo brasileiro de modernização da economia deveria ter um claro objetivo social. Entretanto, o retrato social do país é absolutamente inadequado para qualquer projeto de

modernização. Aliás, não existe um projeto de modernização do país como um todo. Existem tentativas em determinados segmentos econômicos regionais, o que permitiria indicar alguns trabalhos e um certo esforço nesse sentido. Certamente existem ilhas de modernidade em todo o país, muito embora este não demonstra que, como um todo, possa quebrar a barreira do subdesenvolvimento no âmbito de um projeto global de modernização. Não existem metas sócio-econômicas claras, que seriam os objetivos a serem alcançados, nem estratégias adequadas a tal finalidade. O setor econômico fala em modernização de forma segmentada, pela ótica empresarial de suas unidades produtivas, de seus negócios, de seus setores ou de suas regiões. Isto não é, definitivamente, suficiente para que o país alcance um desenvolvimento efetivo.

Em países como o Japão, às vezes, a discussão chega à dicotomia entre o tradicional e o moderno. No Brasil, este debate acontece entre o atraso e o desenvolvimento social. O tradicional no Japão, para ficar no exemplo, não incluía o moderno; representava a modernidade da sociedade, independente de seu tempo e de seu enraizamento sócio-histórico. Outro fator é que o projeto mais importante da história japonesa rumo à modernidade, a revolução Meiji, não acabou com as tradições culturais ou sócio-étnicas, mas desenvolveu a modernidade na base nestas tradições.

A sociedade brasileira não conseguiu ter um projeto de modernidade, a não ser em poucos momentos históricos e que de toda forma não persistiram suficientemente para tornar o país moderno. Assim foi com a Semana de Arte Moderna, movimento levado a cabo por intelectuais paulistas na década de 20. Incluem-se nesta linha, na área econômica, o movimento rumo a Brasília e o projeto de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, episódios históricos que não geraram, contudo, base suficiente para sua continuidade. Mesmo o regime militar teve aspectos ou políticas modernizadoras, nas décadas de 70 e 80, que não levaram em conta, porém, as duas vertentes de aferição do que é realmente moderno em um país como o Brasil.

Essas duas vertentes são os indicadores sociais, em especial o da qualidade de vida, e as vantagens comparativas da economia em relação a seus competidores internacionais.

Efetivamente, no Brasil os indicadores sociais não têm sinalizado progressos

significativos. Muito pior: os resultados ameaçam, cada vez mais, a existência do próprio capitalismo brasileiro, em sua essência. Uma economia de mercado sem o mercado, sem os consumidores, ou com um mercado composto por contingentes significativos de miseráveis, não pode apresentar-se como uma economia competitiva ou moderna. Pode ser uma economia de suprimento de produtos e serviços, destinados não ao consumo das massas, mas à sobrevivência de indivíduos no limite da ebulição social.

Quanto às vantagens competitivas internacionais, pode-se dizer que, apesar de não existir um projeto nacional rumo à modernidade, alguns setores econômicos atingiram determinadas posições no comércio internacional que podem servir para confundir o Brasil com os "Brasis". São, por exemplo, os setores da laranja e da soja, na área de agro-indústria. Enquanto o café perde espaço no plano internacional, devido a forte proteção governamental e à criação de monopólios exportadores em prejuízo de uma aliança com setores produtivos, os dois primeiros constituem o retrato de uma economia moderna e pujante. Todo o comércio internacional do Brasil, aliás é dinâmico, independentemente de suas dificuldades conjunturais e de estar representando um país em ciclo permanente de crise econômica.

A propósito, na área da política econômica externa, merece registro a ousadia do Itamaraty no que se refere à integração econômica. Considerando-se que os blocos econômicos regionais podem vir a substituir os antigos blocos políticos e ideológicos, começa a tomar forma o bloco sul-americano de integração, consubstanciado no MERCOSUL. Após a sua formação política, esse bloco é posto na mesa de discussão pela sociedade econômica brasileira, com fins econômicos e resultados empresariais.

A política externa brasileira tem fortes traços vanguardistas, constituindo-se numa espécie de posição avançada da economia brasileira em sua relação com o mundo. Estes avanços, às vezes, significam riscos de modernidade superiores aos que a sociedade brasileira, em especial na área econômica, deseja tomar. O exercício da política externa deve ter um relacionamento absolutamente claro e futurista, não só com o poder público em geral, mas com o próprio processo de modernidade. Os vetores da política externa podem servir para determinar com

clareza os vetores de desenvolvimento externo das empresas nacionais, bem como de seu êxito numa economia globalizada.

No caso brasileiro, ao se discutir o processo de modernização da economia, não se pode deixar de passar pelo problema básico da adequação da legislação e, inclusive ou principalmente, de nossa Carta Magna, à necessidade de mudanças. A modernidade econômica é, antes de mais nada, um compromisso com mudanças qualitativas na forma de operar dos agentes econômicos. Estas mudanças não podem ser garantidas apenas pelos rumos tomados pelas forças de mercado, mas têm de ter uma base jurídica que permita sua efetivação.

A longo prazo, é preciso que se sinalize o compromisso da sociedade política com mudanças econômicas. Até o presente, mesmo as leis em vigor não foram suficientes para que mudanças sejam feitas. As leis são muitas vezes desrespeitadas porque a "carta magna" do empresário brasileiro é o mercado e, não poucas vezes, o retorno do capital é a variável mais importante das decisões empresariais. As leis que se contrapuseram às forças de mercado foram atropeladas pela história. Atualmente, com a revisão constitucional, a pergunta que se coloca é se a Constituição Federal é um instrumento, de fato, de modernização econômica, se ela é suficiente para tornar a economia mais eficaz e produtiva. Não se pode, obviamente, esquecer que, no caso de Brasil, a economia deve ser igualmente capaz de resolver, cada vez mais, os problemas sociais.

Quando se discute a parte legal do processo de modernização da economia, não há como deixar de perceber as relações entre a democracia e a economia de mercado. Não há economia de mercado eficiente sem democracia, como foi muitas vezes o caso brasileiro. A ditadura política quer dizer também ditadura de mercado, com forte presença do Estado. A sociedade brasileira já decidiu que a democracia representativa e o presidencialismo constituem o modelo político desejado. Este pode não ser o modelo mais adequado, mas é o que está aí, em funcionamento.

Esse modelo foi capaz de proporcionar uma das mais fantásticas proezas entre as democracias ocidentais: o "impeachment" do presidente da República. Temos um exemplo de modernização política que não teve, contudo, correspondência na modernização econômica,

capaz de implicar mudanças substanciais na ordem econômica e social. Não se consumaram, por exemplo, as reformas fiscal e tributária, que certamente, com outros instrumentos de ordem econômica, reforçariam a própria modernidade democrática ?

O exercício da democracia é, em compensação, um jogo de forças contrárias que, na ausência de um sistema político que permita a formação de lideranças legítimas, pode trazer reais problemas para a economia. A dicotomia política entre um eleitorado de 80 milhões de pessoas e um universo de apenas 8 milhões de contribuintes do imposto de renda, bem estudada pelo professor Fábio Wanderley Reis, é apenas uma parte do problema. A outra parte é o desnível regional, gerador de um sistema político marcado pela desigualdade da representação proporcional no Congresso Nacional. Esta situação, sem dúvida alguma, acarreta algumas dificuldades para o processo de modernização do país, como um todo, e traz, do ponto de vista político e legislativo, graves consequências para a área econômica e, infelizmente, mais graves ainda para a área social.

A diversidade, que é a característica básica do País, vai continuar a gerar ilhas de modernidade que certamente irão aumentar o fosso entre a parte desenvolvida e a atrasada do país. Esta segmentação se dará independentemente de posições geográficas ou de setores econômicos. Ela será, como foi até hoje, definida pela aliança de forças políticas com o empresariado local. Ela se dá, com sucesso, nos municípios do interior de alguns Estados, em algumas comunidades econômicas - e até científicas - em lugares específicos.

O fator que poderá ser determinante para a mudança se dará provavelmente nas próximas eleições: a ética na política. Acredita-se que o tema será posto com clareza, já que o "moderno aético" já esteve presente nos dois anos do governo Collor. Será que o país pode ter um governo moderno e ético, definindo com clareza conceitos, problemas e metas, debatê-los e, mais do que isto, implantá-los? Este debate deverá estar presente e os empresários devem entender que não são os únicos que devem e podem modernizar a sociedade. Este papel cabe também às lideranças políticas, que devem consolidar o consenso em torno das mudanças necessárias. A falta de consenso, nesta etapa do desenvolvimento brasileiro, nos levaria de volta ao passado: à

modernidade não explicada, ao desenvolvimento excludente e a indicadores sociais e qualidade de vida assustadores.